

GLOBALAWYERS PT

# GL Newsletter

| Março 2026

SANTANA LOPES, VIEIRA, SILVA LOPES, CALADO, CARDOSO, NETO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, S.P., R.L.

MARÇO / MARCH  
2026

# Lançámos o Nosso Primeiro E-book

Manual de Sobrevivência do Empregador — Guia Prático e Essencial

NOVO RECURSO GRATUITO

## Manual de Sobrevivência do Empregador

*Guia Prático e Essencial*



A Global Lawyers orgulha-se de apresentar o seu primeiro e-book: um guia completo e acessível para todos os empregadores que querem cumprir a lei, evitar litígios e gerir a sua equipa com segurança jurídica. Desde a contratação à cessação do contrato, passando pelas obrigações fiscais e de segurança social, este manual é o recurso que faltava.

[CONTACTE-NOS PARA RECEBER](#)

# Banca, Crédito e Teletrabalho

Duas novas regras com impacto direto em empresas e particulares

## VENDA DE CRÉDITOS

### Nova Regra na Venda de Carteiras de Crédito

Os bancos estão agora obrigados a comunicar ao Banco de Portugal todas as vendas de carteiras de crédito. Esta nova obrigação de reporte visa aumentar a transparência no mercado financeiro e garantir uma supervisão mais eficaz das transações de ativos bancários.

Para os devedores, esta medida representa uma maior proteção, uma vez que o Banco de Portugal passa a ter conhecimento atempado das transferências de crédito, podendo intervir em caso de irregularidades ou de práticas abusivas na gestão das carteiras adquiridas.

Os devedores cujos créditos sejam vendidos têm direito a ser notificados e a conhecer as condições do novo credor.

## FISCALIDADE

### Teletrabalho: Diretrizes da AT para 2026

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) publicou as suas diretrizes para o exercício fiscal de 2026 relativamente ao teletrabalho. As novas orientações clarificam o tratamento fiscal dos subsídios e compensações pagas aos trabalhadores em regime de teletrabalho, nomeadamente as despesas com internet, eletricidade e equipamentos.

As empresas devem rever as suas políticas de reembolso e garantir que os valores pagos aos trabalhadores estão devidamente documentados e enquadrados nos limites de isenção fiscal previstos.

- ✓ Subsídio de internet: isento até ao limite legal definido pela AT
- ✓ Equipamentos cedidos pela empresa: não constituem rendimento tributável
- ✓ Obrigação de registo e documentação das despesas reembolsadas

# AIMA: O que mudou e como garantir o seu agendamento?

Dra. Matilde de Oliveira — Advogada

A criação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), que sucedeu ao SEF, trouxe profundas alterações ao sistema de gestão dos processos de imigração em Portugal. A nova agência herdou um passivo considerável de processos pendentes e tem enfrentado dificuldades na gestão dos agendamentos, gerando incerteza e ansiedade junto das comunidades imigrantes.

A principal mudança operacional prende-se com o sistema de agendamento, que passou a ser integralmente digital e centralizado. No entanto, a elevada procura e as limitações de capacidade têm resultado em prazos de espera prolongados, com impacto direto na regularização da situação dos cidadãos estrangeiros e na sua capacidade de aceder ao mercado de trabalho e a serviços públicos.

Para garantir o agendamento, é fundamental conhecer os canais disponíveis, os documentos exigidos e as alternativas legais existentes para situações urgentes. A representação por advogado pode ser determinante para agilizar o processo e evitar erros que atrasem ainda mais a regularização.

## Como Garantir o Seu Agendamento

- ✓ **Portal AIMA:** Aceda ao portal oficial e registe-se com os dados corretos para aceder ao sistema de agendamentos.
- ✓ **Situações urgentes:** Existem mecanismos de agendamento prioritário para casos de saúde, trabalho ou reagrupamento familiar.
- ✓ **Documentação:** Prepare toda a documentação com antecedência para evitar reagendamentos por falta de documentos.
- ✓ **Apoio jurídico:** A representação por advogado permite acompanhar o processo e reagir a eventuais notificações dentro dos prazos legais.

ALERTA GL — RESPONSABILIDADE CIVIL

## Pneu Rebentado num Buraco? Saiba Como Ser Indemnizado.

Os municípios e as entidades gestoras de vias públicas são responsáveis pela manutenção das estradas e pela sinalização de perigos. Se o seu veículo sofreu danos por causa de um buraco ou anomalia na via pública, tem direito a ser indemnizado.

O processo implica recolher provas no local (fotografias, testemunhas), apresentar participação à entidade responsável pela via e, se necessário, recorrer a ação judicial. O prazo de prescrição é de três anos a contar do conhecimento do dano.

Guarde sempre o recibo de reparação e fotografe o local imediatamente após o incidente.

ALERTA GL — PROPRIEDADE HORIZONTAL

## Infiltrações, Telhado ou Fachadas? Saiba Como Agir Legalmente.

Os problemas estruturais em edifícios em propriedade horizontal — infiltrações, danos no telhado ou nas fachadas — são da responsabilidade da administração do condomínio. Quando esta se mantém inerte, o proprietário lesado tem meios legais para agir.

É possível exigir a realização das obras por via judicial, bem como reclamar indemnização pelos danos sofridos na fração. A notificação formal à administração, com registo do pedido e dos danos, é o primeiro passo indispensável.

Documente todos os danos com relatórios técnicos e comunique sempre por escrito à administração do condomínio.

# O Novo Paradigma da Transparência Salarial

A Diretiva Europeia entra em vigor em junho de 2026 — antecipe os riscos e prepare a sua empresa

A Diretiva Europeia sobre Transparência Salarial, que deverá ser transposta para o direito português até junho de 2026, representa uma das maiores transformações no direito do trabalho da última década. O seu objetivo central é eliminar as disparidades salariais injustificadas, com particular enfoque na igualdade entre homens e mulheres.

As empresas com 100 ou mais trabalhadores ficarão obrigadas a publicar relatórios de remuneração detalhados, a divulgar as gamas salariais nas ofertas de emprego e a justificar eventuais diferenças remuneratórias. O incumprimento pode resultar em sanções significativas e em ações judiciais por parte dos trabalhadores.

A preparação antecipada é essencial: as empresas devem auditar as suas estruturas salariais, rever as políticas de recrutamento e garantir que os critérios de progressão na carreira são objetivos, transparentes e não discriminatórios.

## DIVULGAÇÃO DE GAMAS SALARIAIS

As ofertas de emprego devem indicar a gama salarial ou o salário inicial previsto, antes da primeira entrevista.

01

## RELATÓRIOS DE REMUNERAÇÃO

Empresas com  $\geq 100$  trabalhadores devem publicar relatórios anuais com dados salariais desagregados por género e categoria.

02

## DIREITO À INFORMAÇÃO

Os trabalhadores podem solicitar informação sobre os níveis médios de remuneração dos colegas que desempenhem funções equivalentes.

03

# Nova Lei de Retorno Aprovada

O Governo quer acelerar a expulsão de cidadãos estrangeiros em situação irregular — saiba o que muda

O Governo português aprovou a Nova Lei de Retorno, que introduz alterações significativas ao regime de afastamento de cidadãos estrangeiros em situação irregular. A lei visa agilizar os procedimentos administrativos e judiciais de expulsão, reduzindo os prazos e simplificando os processos.

Entre as principais alterações, destaca-se o alargamento dos fundamentos de detenção para efeitos de afastamento, a criação de novos centros de instalação temporária e o reforço dos acordos de readmissão com países de origem. A lei prevê igualmente mecanismos de recurso, mas com prazos mais curtos e efeito suspensivo limitado.

Para os cidadãos estrangeiros em Portugal, é fundamental conhecer os seus direitos e garantias processuais, bem como assegurar que a sua situação documental está regularizada. A assistência jurídica especializada é determinante para proteger o processo de residência e evitar situações de irregularidade.

## O que Muda na Prática

- ✓ **Prazos de detenção:** Alargados para permitir a conclusão dos procedimentos de afastamento.
- ✓ **Recursos:** Mantém-se o direito de recurso, mas com prazos mais curtos e efeito suspensivo condicionado.
- ✓ **Situações irregulares:** Qualquer irregularidade documental pode agora ter consequências mais imediatas.
- ✓ **Recomendação:** Regularize a sua situação com urgência e consulte um advogado especializado em imigração.

# Contratos de Trabalho, Estrangeiros & NISS

A sua empresa está a perder candidatos por exigir o NISS antes de assinar contrato? Saiba o procedimento legal correto.

Uma das dúvidas mais frequentes entre empregadores que recrutam cidadãos estrangeiros prende-se com o Número de Identificação de Segurança Social (NISS): é obrigatório tê-lo antes de celebrar o contrato de trabalho?

A resposta é não. O contrato de trabalho pode e deve ser celebrado antes da obtenção do NISS. É precisamente a existência de um contrato de trabalho que permite ao trabalhador estrangeiro solicitar a atribuição do número de segurança social junto do Instituto da Segurança Social.

Exigir o NISS como condição prévia à celebração do contrato cria um círculo vicioso que impede o trabalhador de regularizar a sua situação e pode configurar uma prática discriminatória. As empresas que adotam este procedimento incorreto estão a perder candidatos qualificados e a incorrer em risco legal.

## Procedimento Legal Correto

- ✓ **1.º Passo:** Celebrar o contrato de trabalho — não é necessário o NISS nesta fase.
- ✓ **2.º Passo:** Com o contrato assinado, o trabalhador solicita o NISS ao ISS, apresentando o contrato como documento de suporte.
- ✓ **3.º Passo:** Após a atribuição do NISS, o empregador regista o trabalhador na Segurança Social e comunica a admissão.
- ✓ **Atenção:** A comunicação de admissão à Segurança Social deve ser feita até ao final do dia anterior ao início da atividade.

ALERTA GL — URBANISMO

## A Nova Revisão do RJUE e a Aceleração do Licenciamento Urbano

O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) foi objeto de nova revisão, com o objetivo declarado de simplificar e acelerar os processos de licenciamento urbanístico. As alterações visam reduzir a burocracia, encurtar prazos de decisão e alargar o âmbito das operações sujeitas a mera comunicação prévia.

Para promotores imobiliários, construtores e proprietários, estas mudanças representam uma oportunidade para agilizar projetos que anteriormente ficavam bloqueados em processos administrativos morosos. A revisão inclui ainda mecanismos de deferimento tácito para determinadas operações.

ALERTA GL — IMIGRAÇÃO & CIDADANIA

## Parlamento Aprova Nova Lei da Nacionalidade. O que Muda para os Cidadãos Estrangeiros?

O Parlamento aprovou alterações à Lei da Nacionalidade que afetam diretamente os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. As mudanças incidem sobre os requisitos de residência legal, os prazos para aquisição da nacionalidade por naturalização e as condições de atribuição da nacionalidade a descendentes.





Entre as alterações mais relevantes, destaca-se o reforço dos requisitos de integração, nomeadamente o conhecimento da língua portuguesa e a ausência de condenações criminais. Os processos em curso serão analisados à luz do regime mais favorável ao requerente.

Consulte um advogado para verificar se o seu processo é afetado pelas novas regras e quais os passos a seguir.

*"Excelência, Transparência  
e Ética Profissional"*

*"Excellence, Transparency  
and Professional Ethics"*

## Contactos

-  geral@glawyers.eu
-  +351 211 994 691
-  www.glawyers.eu
-  Lisboa, Portugal

Encontre a informação completa de cada tema no nosso site! Para qualquer questão ou análise da sua situação jurídica, contacte-nos. Para receber o **Manual de Sobrevivência do Empregador**, envie-nos um e-mail.